UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRUNO REIS LASS

A *Belt and Road Initiative* na Ásia Central e as relações China-Rússia

BRASÍLIA
2022

BRUNO REIS LASS

A *Belt and Road Initiative* na Ásia Central e as relações China-Rússia

Versão Original

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.
Área de Concentração: Relações Internacionais
Orientadora: Profa. Dra. Danielly Silva Ramos

Brasília

2022

RESUMO

LASS, B. R. *A Belt and Road Initiative na Ásia Central e as relações China-Rússia.* Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

Esta pesquisa visa a entender como a *Belt and Road Initiative (BRI)* insere-se nas relações entre a China e as ex-repúblicas soviéticas na Ásia Central e, consequentemente, como ela interfere na parceria estratégica com a Rússia. Por intermédio de uma abordagem construtivista, analisar-se-á os investimentos e projetos chineses no espaço pós-soviético centro-asiático dentro do contexto das práticas, normas e percepções socialmente compartilhadas tanto entre as elites dirigentes, quanto entre os grupos da sociedade civil. Argumenta-se que o fluxo financeiro representado pela BRI acaba por patrocinar os arranjos patrimonialistas que dominam o cenário político centro-asiático, subvertendo, em partes, os objetivos iniciais da iniciativa. Além disso, a associação da China com as elites dirigentes a insere na cena de disputas oriundas das clivagens sociais locais, de forma que manifestações sinofóbicas são direcionadas contra os chineses por grupos marginalizados dos benefícios trazidos pela BRI. Consequentemente, apesar do discurso oficial reforçar a importância das relações com a China, ainda é difícil enxergar a China em posição de suplantar a Rússia como liderança política e securitária da região.

SUMÁRIO

Introdução **4**
1 Capítulo 1- A Economia Política da Belt and Road Initiative na Ásia Central **7**
1.1 Uma abordagem construtivista à economia política da BRI 7
1.2 Os planos chineses com a BRI: do econômico ao político e vice-versa 8
1.3 A China na Ásia Central: perfis e parceiros 10
1.4 As regras locais e os riscos da associação chinesa com as elites centro-asiáticas 12
2 Capítulo 2 – A *Belt and Road Initiative* pelas lentes locais: uma comparação do casos do Cazaquistão e do Quirguistão **14**
2.1 O caso do Cazaquistão 14
2.1.1 Nazarbayev, Tokayev e o regime autoritário na vanguarda do espaço pós-soviético 14
2.1.2 O coração da Eurásia: os projetos da China para o Cazaquistão 15
2.1.3 Reações à BRI no Cazaquistão: crescimento econômico sem desenvolvimento? ... 17
2.2 O caso do Quirguistão 20
2.2.1 A "Ilha Democrática" da Ásia Central 20
2.2.2 A BRI no Quirguistão: benefícios apenas para alguns? 20
2.2.3 Nacionalismo e conspirações: reações à BRI no Quirguistão 21
2.3 Dinâmicas em comum aos casos cazaque e quirguiz 23
3 Capítulo 3 – A BRI e as relações China-Rússia na Ásia Central **26**
3.1 Onde dragões e ursos brincam: o debate a respeito do condomínio sino-russo na Ásia Central 26
3.2 implicações da BRI: um novo *status quo* para a região? 29
4 Considerações Finais **33**
5 Referências bibliográficas **35**

Introdução

Esta monografia tem por objetivo analisar a economia política da *Belt and Road Initiative* nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, e sua relação com a inserção chinesa na região. Por meio de uma abordagem construtivista e levando em conta o papel da política externa dos países da região, pretende-se contribuir para o debate acadêmico sobre o tema por meio do estudo das práticas de governança econômica locais, dentro de um contexto de crescente frequência de manifestações de sinofobia. Outrossim, busca-se refletir sobre as implicações dos fenômenos abordados para as relações entre China e Rússia na Ásia Central.

Dessa forma, a pergunta que guia esta pesquisa é: como a *Belt and Road Initiative* (BRI) interfere nas relações entre a China e as ex-repúblicas soviéticas na Ásia Central e, consequentemente, na parceria estratégica com a Rússia? Ao longo dos capítulos subsequentes, as hipóteses trabalhadas debruçar-se-ão sobre o triângulo das relações entre China, Ásia Central e Rússia. Elas baseiam-se na ideia de que a associação dos programas da BRI com as elites políticas da Ásia Central vai de encontro com percepções sinofóbicas socialmente compartilhadas pelas populações locais, à medida que descontentamentos direcionados às classes dirigentes (geralmente por conta de má governança e corrupção endêmica ao sistema político) recaem também sobre os chineses. Por conseguinte, o trabalho gira em torno de duas hipóteses principais: primeiro, que a associação da BRI às classes dirigentes centro-asiáticas e suas regras de governança cria obstáculos à consolidação da presença chinesa na região; e segundo, que tais obstáculos impedem que a China desestabilize o *status quo* na região, pois eles estimulam a cooperação – e não competição – com a Rússia.

A *Belt and Road Initiative* (BRI), previamente conhecida como *One Belt One Road* (OBOR), é um plano massivo de investimento em infraestrutura realizado pela China, totalizando (até 2022) US$932 bilhões investidos nos países parte[1] (NEDOPIL, 2022). A BRI, que foi anunciada em Astana em pronunciamento do presidente Xi Jinping em 2013, teve forte impacto nos países da Ásia Central. Ainda assim, ela apenas fortaleceu uma tendência já presente: o aprofundamento da presença econômica chinesa na região, ultrapassando a historicamente mais influente potência, a Rússia. Frente à invasão russa à Ucrânia, iniciada em 24 de fevereiro de 2022, e a premência das relações sino-russas para o futuro da ordem global,

[1] Um país torna-se parte da BRI após a assinatura de um Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding* – MoU). Até junho de 2022, 147 países assinaram acordos para fazerem parte, de alguma forma, da BRI. Destes, 43 são da África Subsaariana, 35 da Europa e Ásia Central e 25 do Leste Asiático e do Pacífico (NEDOPIL, 2022).

torna-se importante analisar a parceria estratégica entre as duas potências de forma complementar ao enquadramento vis-à-vis as forças protetoras do *status quo* internacional. Há de se olhar para as dinâmicas próprias da relação, e quais oportunidades e obstáculos jazem em seu caminho. Logo, questionar sobre a inserção chinesa na Ásia Central, onde a Rússia mantém inconteste papel de liderança, é contribuir para o debate acerca da ordem global em formação.

Este artigo seguirá a abordagem construtivista da Economia Política Internacional (EPI). Esta é uma escolha feita por julgar que a agência dos atores econômicos e políticos envolvidos com a BRI está melhor enquadrada por uma abordagem reflexiva e sensível ao papel de construções histórico-sociais nos diversos cenários da economia política internacional. A escolha também se sustenta pela complementarização entre a ontologia construtivista e uma das principais premissas deste projeto: a de que países pequenos ou menos desenvolvidos são dotados de agência e capacidade de influir nos jogos das grandes potências, apesar das diferenças materiais (HERON, 2019). Em suma, tal escolha significa que a pesquisa toma por premissa a quebra da racionalidade dos atores, a proeminência de ideias e valores socialmente compartilhados para a tomada de decisão e o papel do meio social na construção de crenças e normas (NELSON, 2020).

A metodologia de pesquisa envolverá o uso de uma análise comparativa, mais especificamente, de um *most different systems design* ou MDSD. Seu objetivo será o de identificar correlações entre os projetos vinculados à Belt and Road Initiative (BRI) na Ásia Central e o surgimento de focos de instabilidade política na região, e saber se tal processo cria obstáculos à inserção chinesa na região. Portanto, a escolha pelo MDSD se dá pelo interesse de minimizar possíveis efeitos de outras variáveis independentes. Dessa forma, escolheu-se para a comparação o Cazaquistão e o Quirguistão, haja vista que representam polos opostos na Ásia Central, em termos de estabilidade política e econômica, e de liberdade das instituições políticas. As fontes utilizadas – de caráter documental – são divididas em três categorias: relatórios, índices e bases estatísticas produzidos por organismos internacionais, ONGs e think tanks; documentos oficiais de governos; e notícias e reportagens produzidas pela sociedade civil. Vale ressaltar que todas essas fontes devem ser analisadas com o devido rigor crítico, embora a primeira categoria de dados seja aqui tida como a mais confiável, enquanto que o conteúdo das duas últimas deve ser analisado não apenas pela sua informação explícita, como também pelo que subjaz ao discurso e motivações de seus autores.

O trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro esboça uma abordagem da economia política da BRI na Ásia Central por um viés construtivista, levando em conta a política interna das ex-repúblicas soviéticas. O segundo capítulo, por sua vez, parte para a análise comparada

entre o Cazaquistão e o Quirguistão, no ensejo de procurar associações entre a BRI e instabilidades políticas na região. Por fim, o terceiro capítulo trata da relação da China com a Rússia na Ásia Central frente ao paradigma da cooperação/competição dentro do contexto da BRI. O trabalho encerra-se com considerações finais, destinadas a amarrar as discussões apresentadas ao longo do desenvolvimento.

1. Capítulo 1: A Economia Política da Belt and Road Initiative na Ásia Central

1.1. Uma abordagem construtivista à economia política da BRI

Os atores envolvidos nos processos e dinâmicas que compõem a economia política da *Belt and Road Initiative* tomam decisões inseridos num cenário de incerteza não quantificável, ao invés de um cenário de risco probabilístico e calculável. Frente à enorme complexidade característica da realidade político-econômica, os indivíduos tendem mais a seguir crenças e convenções socialmente compartilhadas do que cálculos de custo-benefício (NELSON, 2020). Consequentemente, ideias e valores são tão ou mais importantes para a tomada de decisão do que interesses materiais. Outrossim, a formação de interesses não se dá exclusivamente ao nível do indivíduo, à medida que o meio social tem papel central na construção de crenças e normas (Ibid., 2020).

Por intermédio dessa abordagem construtivista da Economia Política Internacional, entende-se que o cenário sócio-histórico no qual se insere o espaço pós-soviético conta para a tomada de decisão política e pode influenciar sobre a maneira pela qual a BRI interage com as dinâmicas locais. Portanto, cabe aqui lançar reflexões a respeito desse cenário, como se formou e suas implicações para a China, com destaque para o fenômeno da sinofobia na região.

Do ponto de vista histórico, os discursos de desconfiança e medo em relação à China têm suas mais antigas raízes na era de confrontação entre as dinastias chinesas e as tribos nômades da Ásia Central (TOKTOMUCHEV, 2018). Porém, as mais perenes imagens negativas da China na Ásia Central são heranças do período soviético. Como descreve Peyrouse (2016), durante o período do cisma sino-soviético, a propaganda da União Soviética enquadrava a China como o inimigo histórico, cujo objetivo sempre era a expansão territorial às custas da Ásia Central. Somado a isso, a China seria uma constante a-histórica, liderada por autoridades que por princípio sempre escondem seus objetivos imperialistas. Além disso, o tratamento de Pequim em relação à minoria Uighur – que possui laços étnicos e religiosos com a Ásia Central – reforça a percepção de que a China é a inimiga histórica dos povos túrquicos (PEYROUSE, 2016).

Apesar de não haver sinais de penetração de visões sinofóbicas[2] nos círculos oficiais, que continuam a recitar um discurso de cooperação com a China, outros atores das sociedades centro-asiáticas vêm experimentando um aumento na frequência de discursos sinofóbicos. Peyrouse (2016) identifica focos de desconfiança entre os acadêmicos da região, enquanto que os empresários formam o grupo mais complexo, desenvolvendo convicções tanto sinófilas quanto sinofóbicas. Para grande parte da opinião pública, no entanto, a cultura, as tradições e a sociedade chinesas ainda pertencem ao desconhecido. Outros autores (TOKTOMUCHEV, 2018; COOLEY, 2016; COOLEY, HEATHERSHAW, 2017; BUKANOV, 2018) associam a instabilidade política incitada pelos fluxos financeiros da BRI à reincidência de manifestações sinofóbicas na Ásia Central. Independente, a análise dos planos da China para a Ásia Central, sua inserção e projetos na região não podem deixar de levar em conta o campo de ideias, percepções e imagens que subjazem as interações entre os grupos locais e os representantes chineses.

1.2. Os planos chineses com a BRI: do econômico ao político e vice-versa

O espectro do debate acerca dos planos chineses com a *Belt and Road Initiative* varia entre o discurso oficial do governo chinês – enquadrado na lógica de ganhos mútuos para a China e seus parceiros – e análises que veem na iniciativa uma espécie de grande Plano Marshall chinês, concebido com o intuito de subverter a ordem liberal ocidental e estabelecer um novo *status quo* (UMBACH, 2019; CLARKE, 2020; PIEPER, 2022).

O desenvolvimento da BRI no espaço pós-soviético da Ásia Central, por sua vez, mostra que uma iniciativa de tal amplitude, ao invés de servir apenas a uma singular motivação, associa-se a razões e dinâmicas em múltiplos níveis, inserindo-se em contextos político-econômicos pré-existentes. Nesta seção, explorar-se-ão os planos chineses para a BRI na Ásia Central em três níveis: doméstico, regional e sistêmico. Importante ressaltar que, apesar da divisão, os processos aqui descritos encontram-se imbricados em mais de um nível.

Ao nível doméstico, podem-se citar três razões por trás da iniciativa. A primeira é de ordem eminentemente securitária e precede o lançamento da BRI. Trata-se da preocupação de Pequim com a província de Xinjiang e sua minoria Uighur. No cerne da questão, estão os

[2] Ao longo desta monografia, entende-se por sinofobia um sentimento de aversão à China ou aos chineses, geralmente perpetrado por narrativas, discursos ou construções imagéticas socialmente compartilhados e historicamente constituídos, que visam a reduzir a China, sua cultura e seus representantes a estereótipos necessariamente negativos, de forma a justificar atos xenofóbicos destinados especificamente contra chineses.

sentimentos separatistas dessa minoria e sua proximidade étnica e religiosa com povos que habitam a periferia chinesa da Ásia Central. Na visão dos líderes chineses, a instabilidade política é fator diretamente relacionado ao relativo subdesenvolvimento econômico na ponta ocidental do país. Dessa forma, desenvolver a região por intermédio de iniciativas de conectividade transfronteiriças, transformando a capital provincial de Urumqi num centro econômico e comercial euroasiático, é uma das principais maneiras pelas quais a China pretende garantir a sua integridade territorial na porção ocidental do país (PIEPER, 2022). Previamente à BRI, a China já buscava enquadrar a questão por mecanismos bi e multilaterais, entre os quais se destaca a Organização de Cooperação de Shanghai e seu papel no combate aos três "males": terrorismo, separatismo e extremismo (COOLEY, 2012).

Ainda no âmbito doméstico, dois outros motivos comumente destacados para o lançamento da BRI são a expansão de mercados para produtos e serviços chineses, por um lado, e a necessidade de matérias-primas (sobretudo energéticas) oriundas da Ásia Central pela economia chinesa, por outro. O primeiro ponto apresenta que, por conta das consideráveis taxas de crescimento da economia chinesa, o mercado interno não mais estaria dando conta da produção local. O excedente dessa produção, especialmente em suas capacidades industrial e de construção, deveria ser realocado para novos mercados. A BRI, portanto, seria o meio pelo qual essas capacidades excedentes seriam revertidas em projetos de infraestrutura e criação de novos mercados para os produtos manufaturados chineses. Vale ressaltar, no entanto, que apenas esse argumento não justifica a BRI, haja vista que a iniciativa não dá vazão, por si só, a todos os excedentes da indústria chinesa (PIEPER, 2021). A segunda razão doméstica estabelece que a BRI é motivada pela construção de infraestrutura adequada para sustentar a crescente demanda chinesa por matérias-primas. É um argumento ao mesmo tempo econômico e securitário, e diversos autores já se dedicaram a explorar o papel da BRI na segurança energética chinesa (SAALMAN, 2017; UMBACH, 2019; TANG, LOW, 2020). Como será explorado a seguir, a construção de oleodutos e gasodutos é um dos principais destinos para os investimentos chineses na região.

A nível regional, há de se destacar o projeto de integração financeira que subjaz os objetivos da BRI. Também chamado de circulação monetária, esse processo está muito conectado à imagem multilateral que a China busca dar à BRI, mesmo que, do ponto de vista econômico, o investimento venha do governo chinês. Em sua perspectiva mais extrema, fala-se da tentativa chinesa de usar a BRI para internacionalizar o uso de sua moeda, o *renminbi*. Apesar de iniciativas como o *Astana International Financial Centre* (AIFC), que usam a moeda chinesa, a força hegemônica do dólar faz com que esse tipo de projeto pertença primariamente

ao longo prazo, à medida que os investimentos chineses via BRI continuam sendo feitos na moeda estadunidense (PIEPER, 2022). Ainda assim, a pujança dos fluxos financeiros para a sua periferia centro-asiática serve para cimentar instituições financeiras regionais, a exemplo do *Asian Infrastructure and Investment Bank* (AIIB), como fortes alternativas às instituições financeiras ocidentais (Ibid., 2022).

O objetivo da integração financeira regional, vale dizer, está também relacionado às motivações chinesas a nível sistêmico. Isso porque a BRI pode ser entendida, em última instância, como um redesenho geoestratégico do mundo à imagem da China. Não indo longe a ponto de afirmar que a BRI é o caminho pelo qual Pequim pretende suplantar Washington como o hegemon do sistema internacional, é importante entender que a BRI caminha junto com o desenvolvimento da identidade internacional chinesa. Trata-se da ideia da China como um poder discursivo: como a proponente de formas alternativas de integração e conectividade, a China está proativamente modelando o fenômeno da globalização à sua imagem (Ibid., 2022). Independentemente do nível, o que é difícil negar é que a BRI, em suas diversas rotas, busca ativamente construir uma rede integrada de cadeias de valor e suprimentos que coloque o *Middle Kingdom* novamente no centro do sistema internacional (UMBACH, 2019).

1.3. A China na Ásia Central: perfis e parceiros

Nesta sessão, serão melhor detalhados os perfis gerais da inserção chinesa na Ásia Central via a *Belt and Road Initiative*, nas áreas de comércio internacional, investimentos e finanças.

Na área comercial, as relações entre a China e a Ásia Central seguem um padrão observável nas demais trocas entre o gigante asiático e outros países exportadores de matérias-primas – a saber, o comércio gira em torno da importação de produtos primários desses países pela China que, por sua vez, exporta principalmente produtos manufaturados (PRADHAN, 2017).

Na área de investimentos, os principais alvos chineses são obras de infraestrutura relacionadas à criação de canais de escoamento da produção energética centro-asiática, na forma de gasodutos e oleodutos. Entre esses, estão incluídos aqueles que ligam a China ao Oriente Médio, outra importante fonte de recursos energéticos. O segundo grupo de obras de infraestrutura abrange a construção de estradas e vias que conectam a Ásia aos mercados europeus (DEMYRIOL, 2019). Outros investimentos incluem redes de transmissão, cabos de fibra óptica e malhas energéticas (KITADE, 2019).

Muitos desses projetos são executados por transnacionais chinesas. Dados do *World Investment Report 2020*, da UNCTAD, mostram que essas transnacionais foram responsáveis por 39 bilhões de dólares em investimento em países sem acesso ao mar[3], muitos deles localizados na Ásia Central, valor este atingido em grande parte devido ao apoio de Pequim na forma da BRI. O mesmo relatório, no entanto, alerta para a queda nos investimentos chineses por conta da pandemia da Covid-19. Seus efeitos sobre os projetos da BRI na Ásia Central são triplos: primeiro, por impactar economicamente a capacidade chinesa de dar suporte a projeto de tal magnitude; segundo, por criar barreiras ao transporte de trabalhadores chineses para os projetos; e terceiro, por dificultar o provimento de máquinas e equipamentos, haja vista os efeitos da pandemia sobre as atividades manufatureiras das cadeias globais de valor (UNCTAD, 2020).

Por fim, na área de finanças, o papel da China como fonte de créditos para os governos centro-asiáticos aumentou consideravelmente com a execução de empréstimos para obras ligadas à BRI. Em realidade, de forma mais geral, as práticas chinesas de concessão de crédito a países parte da iniciativa são um dos principais motivos de alarme por parte de observadores externos, principalmente dos Estados Unidos. Em 2016, a China possuía cerca de 45,3% da dívida externa do Quirguistão e 51,1% da dívida do Tajiquistão. Assim, a BRI poderia acarretar em sérios problemas de sustentabilidade da dívida dos países da região (KITADE, 2019).

A questão das dívidas externas no seio da BRI culminou num debate acerca de se isso se trata ou não de uma política consciente do governo chinês, no sentido de condicionar politicamente os países abarcados pelos projetos da BRI. Segundo os críticos do modelo de créditos chinês, as instituições financeiras do país asiático estariam levando outros países à insolvência financeira propositalmente, para assim negociar benefícios em outras áreas (CARMINATI, 2019). Trata-se da narrativa de “debt-trap diplomacy”, que ganhou força principalmente em think tanks ocidentais. Em oposição a essa perspectiva, Singh (2020) argumenta que a “debt trap diplomacy”, além de não representar adequadamente o papel dos investimentos chineses, é uma narrativa imbuída de ansiedades ocidentais a respeito do crescente papel internacional da China. Ele também conclui que os empréstimos chineses representam uma rota de escape para países em desenvolvimento cujas políticas não são bem vistas pelos financiadores ocidentais. De qualquer forma, o debate em torno do tema mostra

[3] O papel da conectividade e sua contribuição para países sem acesso ao mar é um dos principais pontos da retórica a favor da BRI na Ásia Central. À medida que cria conexões e vias para escoamento de produção entre ocidente e oriente, a Ásia Central estaria deixando de ser marcada pela condição de *landlocked* (sem acesso ao mar), para ser caracterizada como *landlinked* (conectora de terras, em tradução livre) (PIEPER, 2021).

como diferentes narrativas permeiam as interpretações acerca da inserção da BRI na Ásia Central.

Por fim, do ponto de vista de acordos, o governo chinês vem enfatizando, desde a enunciação dos objetivos da BRI, o papel dado à celebração de acordos de livre-comércio com os países-parte e o fortalecimento da cooperação financeira na região (OCDE, 2018). Além disso, Pequim pretende coadunar a iniciativa com novas temáticas da economia global. Exemplo é a tentativa do governo chinês de enquadrar a BRI como uma iniciativa que visa ao desenvolvimento pela inovação, por meio da ideia de uma "Rota da Seda Digital" (Ibid., 2018). Isso mostra como a China já está atenta ao papel que os investimentos têm nas novas políticas de inovação da economia digital (OMC, 2020).

1.4. As regras locais e os riscos da associação chinesa com as elites[4] centro-asiáticas

A distância entre o discurso chinês de promover a conectividade na Ásia Central e a realidade vivida nos países da região ainda é considerável. Num exemplo bastante imagético, Cooley e Heathershaw (2017, p. 243) comparam o tempo médio que uma carga – geralmente provinda da China – leva para atravessar um posto de fronteira na Ásia Central entre 2013 e 2014: no primeiro ano, a média para transporte rodoviário foi de 5,6 dias, e 29,9 para transporte ferroviário; no ano seguinte, os respectivos valores saltaram para 9,9 e 32,6 dias. O ponto ilustrado pelos autores é claro: simplesmente construir infraestrutura de transporte não implica necessariamente melhor conectividade. O ambiente político-econômico regional exerce considerável influência e, neste quesito, a Ásia Central é o crônico palco de péssimas práticas de governança econômica e de práticas comuns a um capitalismo clientelista (COOLEY, HEATHERSHAW, 2017; TOKTOMUSHEV, 2018).

Antes mesmo da BRI ser anunciada e da China intensificar seus negócios com a região, os governos da Ásia Central, e especialmente as elites políticas que controlam os aparelhos dos Estados, já estavam conectados às estruturas do capitalismo globalizado via redes de atores locais, regionais, companhias intermediárias, paraísos fiscais e offshores, tornando o

[4] Aqui, entende-se o conceito de elite eminentemente pela lente política, embora, na Ásia Central, seja ampla a sobreposição nas concentrações de poderes político e econômico pelo mesmo grupo. Resumidamente, as elites locais são compostas pelas lideranças republicanas dos antigos partidos comunistas, datados da época em que a região ainda era composta por repúblicas soviéticas, que se perpetuaram no poder após o fim da Guerra Fria graças ao reaproveitamento do aparato burocrático estatal e dos arranjos políticos hegemônicos.

desenvolvimento da região um processo obscuro e problemático (COOLEY, HEATHERSHAW, 2017).

A prática de busca de renda (*rent-seeking)* é ocorrência comum quando da entrada de investimento externo nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. Nenhum precedente, no entanto, equipara-se ao volume de capitais que o governo chinês está investindo na região. A BRI, apresentada por oficiais chineses como uma *comunidade de destino comum* entre China e seus vizinhos euroasiáticos, vem se tornando a principal fonte de renda ilícita para as elites políticas locais, que, divididas em clãs, disputam entre si pelos novos recursos. As tentativas de combater a corrupção endêmica às máquinas estatais da região, até o momento, mostrou poucos frutos, e os níveis de transparência dos negócios com a China ainda deixam a desejar (TOKTOMUSHEV, 2018).

A corrupção não se limita às autoridades locais. O modelo de negócios das empresas estatais chinesas no exterior, que já rendeu à China acusações de corrupção em outros continentes por falhar em atingir expectativas normativas de desenvolvimento responsável, contribui para o desgaste da governança econômica na Ásia Central. A prática do *guanxi*, uma norma cultural chinesa associada à formação de redes pessoais de benefícios mútuos, combina-se negativamente com as tradições clientelistas da Ásia Central, de forma a fomentar relações informais e enriquecimento irregular de autoridades locais (Ibid., 2018).

O exemplo resgatado no início da seção remete a outra prática irregular comum na Ásia Central: a criação de barreiras informais ao trânsito de carga. Além de limitar a conectividade chave para o projeto da BRI como um todo, representa uma importante fonte de propinas para funcionários de fronteiras (COOLEY, 2016). Cartéis de empresas transportadoras locais e a adaptabilidade das práticas de aquisição irregular de renda pelos agentes locais completam um cenário complexo para a governança da Ásia Central. Frente a esse contexto, a onda de investimentos da BRI, feitos sem a devida atenção às dinâmicas locais, tende a aumentar as clivagens sociais nas ex-repúblicas soviéticas, tanto entre os clãs das elites políticas, quanto entre as elites e o restante da população. A instabilidade política resultante, somada às ineficiências provocadas pela má governança, traçam um cenário ainda distante daquele pretendido pelos oficiais chineses.

2. Capítulo 2 – A *Belt and Road Initiative* pelas lentes locais: uma comparação dos casos do Cazaquistão e do Quirguistão

Neste capítulo, partir-se-á para uma análise comparativa, conforme explicado na introdução, mais especificamente, de um *most different systems design* ou MDSD[5]. O objetivo será o de identificar correlações entre instabilidades político-econômicas nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central e os projetos vinculados à BRI, e se tal associação cria obstáculos à inserção chinesa na região. Portanto, a escolha pelo MDSD se dá pelo interesse de minimizar possíveis efeitos de outras variáveis independentes. Dessa forma, escolheu-se para a comparação o Cazaquistão e o Quirguistão.

De um lado, o Cazaquistão foi escolhido por ser considerado "the bright point of Central Asia" (LUBINA, 2017, p. 248), sendo a principal economia da região, com os melhores níveis de crescimento econômico, estabilidade social e controle sobre a própria política externa, apesar do regime autoritário (Ibid., 2017). O Quirguistão foi selecionado para estudo, por outro lado, porque talvez seja o país mais democrático da Ásia Central, mas também um dos mais pobres, frágeis e socialmente instáveis. Além disso, é um dos países mais dependentes economicamente da China, com a qual conduz dois terços do seu comércio exterior (Ibid., 2017).

Episódios de sinofobia, de diferentes graus, foram vistos em ambos os países. As diferenças entre ambos os sistemas, um mais consolidado e o outro mais frágil e dependente, tornam as descobertas da análise comparativa para a região como um todo menos problemáticas – embora não se ignorem as questões metodológicas envolvidas com uma análise comparativa de poucos casos (LANDMAN, 2008).

2.1. O caso do Cazaquistão

2.1.1. Nazarbayev, Tokayev e o regime autoritário na vanguarda do espaço pós-soviético

Pela maior parte do tempo desde o fim da União Soviética, o cenário político cazaque girou em torno da figura de Nursultan Nazarbayev. Último líder do partido comunista do

[5] O *most different systems design* é um desenho de pesquisa utilizado para fazer comparações quando o número de casos selecionados é pequeno. Baseado no Método da Semelhança de J.S. Mill, o MDSD trabalha com sistemas que sejam o mais diferentes possíveis entre si, à exceção do fenômeno que se busca entender (a variável dependente) e do(s) fator(es) que explica(m) a ocorrência de tal fenômeno. O objetivo do MDSD é isolar, à medida do possível, os fatores explicativos definidos na hipótese de outras variáveis capazes de influenciar sobre o resultado (LANDMAN, 2008).

Cazaquistão, Nazarbayev elegeu-se presidente pela primeira vez em 1991, perpetuando-se por mandatos consecutivos até 2019, quando foi sucedido por Kassym-Jomart Tokayev, indicado diretamente por ele para a posição (WALKER, 2022). Uma figura polêmica, Nazarbayev é tido por seus apoiadores como a mão firme que fez do Cazaquistão um estado moderno e estável, localizado na encruzilhada entre ocidente e oriente. Seus oponentes, no entanto, acusam-no de perseguir opositores e desviar recursos estatais para as fortunas pessoais de familiares e aliados políticos (COOLEY, HEATHERSHAW, 2017). Em consonância ao quadro de governança econômica apresentado no capítulo anterior, as elites políticas constituídas ao redor do regime de Nazarbayev e seus aliados tomam características patrimoniais ou neopatrimoniais, monopolizando poder por intermédio da distribuição de benefícios para seus apoiadores, por vias formais e informais (Ibid., 2017).

Duas características que singularizam o caso cazaque são as suas técnicas pioneiras de construção de imagem, manipulação da mídia e clientelismo, que juntas serviram para constituir a imagem de "autoritarismo brando" para o regime, diferenciando-o dos demais Estados autoritários centro-asiáticos. A segunda característica diz respeito aos recentes desenvolvimentos na política entre as elites, mais especificamente o exílio das principais figuras da oposição, que, sediadas em países estrangeiros, continuam a exercer pressão na política cazaque. É o caso do bilionário empreendedor Mukhtar Ablyazov, outrora aliado importante de Nazarbayev, que se viu involucrado com políticos da oposição e casos de corrupção financeira de grande repercussão no Cazaquistão – em especial, acusações de peculato enquanto presidente do *BTA Bank*, principal instituição financeira do país (Ibid., 2017). Asilado político na Europa, Ablyazov se apresenta como o grande defensor da democracia para o Cazaquistão, em oposição ao regime vigente.

Em 2019, Ablyzov assumiu responsabilidade pelos protestos anti-China que tomaram várias cidades no Cazaquistão, em resposta à primeira visita de Estado do sucessor político de Nazarbayev, o presidente Tokayev, para a China (KULINTSEV et al, 2020). Isso mostra que, mesmo nos Estados autocráticos do espaço pós-soviético, as lutas políticas entre as elites existem e são capazes de influenciar o debate público e fazer pressão sobre as autoridades do regime a respeito da parceria oficial com a China.

2.1.2. O coração da Eurásia: os projetos da China para o Cazaquistão

Logo após a China anunciar a BRI, as autoridades cazaques lançaram seu apoio ao projeto, visto como uma oportunidade de contornar os efeitos negativos do status de país sem acesso ao mar do Cazaquistão. Outrossim, os projetos da BRI vinham ao encontro das políticas

econômicas domésticas do Cazaquistão que, após a crise de 2008, contou com o anúncio do programa de investimentos público *Nurly Zhol*. Posteriormente, por meio de declarações e criação de novas instituições, as iniciativas chinesa e doméstica adotaram uma postura sinergética na execução de seus projetos (TIAN, 2018; PIEPER, 2022).

A posição geográfica do Cazaquistão, no coração do continente eurasiático, dá ao país especial importância aos objetivos da BRI, que esboça três rotas na área. Ao norte, perto da fronteira russa, segue a rota direcionada para a Rússia e, posteriormente, para a Europa. A rota central cruza o Cazaquistão até o Mar Cáspio, conectando a China ao Cáucaso e à Turquia. A terceira rota, ao sul, cria conexões com o Oriente Médio e o Turcomenistão. Dessa forma, entre as três grandes prioridades da cooperação sino-cazaque no seio da BRI – infraestrutura de transporte, comércio e indústrias manufatureiras – a mais visível são os projetos de infraestrutura. Com foco na construção – ou modernização – de rodovias e ferrovias, os projetos conjuntos incluem a construção de nova linha ferroviária entre o posto de fronteira em Dostyk e o porto de Aktau, no Mar Cáspio; a construção de um novo porto em Kuryk e de centros logísticos em Aktobe e Shymkent (PIEPER, 2022).

Um projeto crucial é o porto seco de Khorgos, também na fronteira sino-cazaque. Trata-se de um ponto-chave para a passagem de gasodutos da Ásia Central para a China, principalmente do Turcomenistão, para onde o governo do Cazaquistão já previa investimentos em 2010, no seio do *Nurly Zhol*. Com a chegada dos investimentos chineses, Khorgos ganhou o status de porta de entrada para a Rota da Seda Terrestre, haja vista o potencial de trânsito de mercadorias pelo local. Companhias chinesas também entraram no projeto, com a empresa estatal chinesa COSCO anunciando planos para adquirir 49% da propriedade do porto seco. Nesse ensejo, o governo cazaque também anunciou planos de formação de uma zona econômica em Khorgos, inspirada no modelo de Dubai, que se tornou um caso de sucesso ao combinar as vantagens de uma zona econômica à proximidade a um porto. No entanto, críticos acreditam que a proposta de zona econômica serviria majoritariamente aos interesses de intermediários cazaques involucrados na revenda de produtos chineses baratos para o mercado doméstico (LAIN, 2018; PIEPER, 2022).

Demais projetos incluem investimentos chineses em infraestrutura elétrica, energia e indústrias manufatureiras. No total, são por volta de 50 iniciativas que amontam a uma quantia de US$ 30 milhões investidos (PIEPER, 2022). O número é aproximado porque, devido à opacidade das negociações entre a China e o Cazaquistão, dados confiáveis são escassos. A mesma opacidade é vista nas operações financeiras jungidas aos projetos. Quando um projeto envolve financiamento chinês, o fluxo financeiro parte de um empréstimo de bancos estatais

chineses, havendo a obrigatoriedade do receptor do empréstimo aplicar o capital no projeto que tem parceria com o contratante chinês. Logo, quem atua como investidor é o próprio Cazaquistão, através de fundos nacionais financiados pelos empréstimos chineses (PIEPER, 2022). Quando o país receptor encontra-se em poucas condições de endividar-se com os bancos chineses, no entanto, é comum a prática de se enviar auxílio financeiro condicionado a concessões na forma de supervisão dos projetos vinculados à BRI (Ibid., 2022). Essas condicionalidades implícitas num conjunto opaco de fluxos financeiros motivam recepções mistas à inserção chinesa no Cazaquistão fora dos níveis oficiais, como se verá a seguir.

2.1.3. Reações à BRI no Cazaquistão: crescimento econômico sem desenvolvimento?

Pieper (2022) é contundente ao analisar os ganhos econômicos do Cazaquistão com a BRI. De acordo com o autor, o perfil dos investimentos chineses não cria razão para se acreditar que a economia cazaque passará por um processo de diversificação, e seu crescimento econômico permanecerá associado ao setor de hidrocarbonetos. O comércio de produtos manufaturados, ele adiciona, tende a favorecer mais as indústrias chinesas do que o mercado doméstico cazaque; de fato, o perfil das trocas entre os dois países ainda segue o perfil de trocas entre produtos primários, vindos do país centro-asiático, por manufaturados chineses (JOCHEC, KYZY, 2018). Os futuros rendimentos oriundos das tarifas e pedágios pelo trânsito nas novas rotas, também, não é uma garantia de lucro a longo prazo para o Cazaquistão, à medida que os custos de manutenção de vias tão extensas – em terrenos que variam muito geograficamente – são elevados (PIEPER, 2022).

Considerando tais dinâmicas de maneira justaposta a outros processos que acompanham a inserção chinesa – tal qual a migração de mão de obra chinesa e as práticas de busca de renda pelas elites locais –, as reações a nível subnacional mostrar-se-ão mais nuançadas do que o entusiasmo imperante nas declarações oficiais (GARIBOV, 2018). Segundo Kulintsev et al. (2020), insatisfações com a presença econômica chinesa no Cazaquistão são causadas por quatro fatores. Primeiro, o receio de que a China suprirá ao país equipamento eminentemente obsoleto, sem demanda no mercado internacional; segundo, que as operações chinesas no Cazaquistão, mesmo realizadas conjuntamente com governo local, empregam majoritariamente cidadãos chineses, deixando de criar novos postos de trabalho para cazaques; a terceira preocupação é de ordem ambiental, e diz respeito ao medo de transferência de empresas chinesas nocivas ao meio ambiente para o país; por fim, existe o receio de que, haja vista a

corrupção endêmica ao Estado cazaque, os projetos da BRI nunca verão um fim e representarão enorme gasto de fundos públicos.

Tais preocupações, afirmam Kulintsev et al. (2020), costumam predominar nas províncias ocidentais do Cazaquistão, que não fazem fronteira com a China e, devido a processos que pré-datam o fim da União Soviética, possuem os mais consistentemente elevados graus de sentimento sinofóbico. Justamente por estarem longe geograficamente da China, as pequenas e médias empresas da região não costumam ter laços com a China, e a população local tem pouca interação prática com o país do leste asiático. Outrossim, a principal fonte de empregos da área, a saber, corporações envolvidas na exploração de combustíveis fósseis, possuem chineses em vários postos de liderança, haja vista que são, em grande parte, *joint ventures* entre o governo cazaque e os empresários chineses. Tal cenário é propício para a constituição da imagem, na mente da população local, de exploração dos recursos naturais do país por parte de uma elite estrangeira. Somadas à falta de novos cargos de trabalho no setor petrolífero, as tensões sociais na região podem facilmente voltar-se contra os chineses (KULINTSEV et al., 2020).

Tais percepções também encontram respaldo nas classes com mais educação e renda. Em pesquisa de opinião publicada em 2018, Marek Jochec e Jenny Jenish Kyzy computaram as perspectivas de cazaques informados e influentes na condução das políticas econômicas do Cazaquistão a respeito dos efeitos do investimento externo direto advindo da China. Em suma, apesar de não ser visto como um investidor completamente indesejável, a China figurou, junto do Uzbequistão, como o país menos desejável de se receber investimentos. Os principais fatores apontados para a escolha indicam que essa classe valoriza o nível de governança política e econômica do país investidor – democracia funcional, instituições livres, baixos níveis de corrupção – como um importante critério de seleção. Outrossim, grande percentual dos correspondentes mostrou receio com os impactos negativos oriundos da migração chinesa (80%), dano ambiental (70%) e das práticas de gestão da China (65%) (JOCHEC, KYZY, 2018).

Mais de uma vez, o descontentamento da sociedade com os negócios do governo cazaque com a China culminou em amplas manifestações. As de maior relevância para o contexto da BRI ocorreram em 2016 e 2019. A primeira, de 2016, ocorreu como resposta popular à aprovação de um projeto de lei que estendia de 10 para 25 anos o tempo máximo de arrendamento de terras no território cazaque para estrangeiros. Embora a legislação se aplicasse a quaisquer nacionalidades, o alvo dos protestos foram especificamente os chineses (PIEPER, 2022). O receio, que já motivara reações populares em anos anteriores, era de que o governo de

Astana estaria flexibilizando a legislação nacional para facilitar a apropriação de terras por chineses. Em movimento raro, o governo cazaque voltou atrás com o projeto de lei (Ibid., 2021), mostrando que, apesar das condições autocráticas do sistema político local, os círculos oficiais possuem algum grau de sensibilidade a pressões da sociedade. O mesmo pode ser visto na criação de regulações mais rígidas para a migração de mão de obra chinesa para os projetos de infraestrutura em curso no Cazaquistão (PIEPER, 2022).

O maior protesto anti-China no Cazaquistão, no entanto, ocorreu em 2019, em reação a boatos de que a China pretendia realocar fábricas para o Cazaquistão (Ibid., 2019). A erupção do protesto ocorreu logo antes da primeira visita oficial de Tokuyev a Pequim enquanto chefe de Estado (KULINTSEV et al., 2020). As bandeiras dos manifestantes, que se opunham à concretização de novas *joint ventures* com a China, reuniam-se em slogans contra a "expansão chinesa" (Ibid., 2020, p. 133), espalhados em banners pelas principais cidades do país. Tal reação representou, em certa medida, a projeção do descontentamento popular com a opacidade da tomada de decisões domésticas a respeito da governança econômica do país e das relações com a China, a que se associaram escândalos de corrupção (PIEPER, 2022). Nesse ensejo, a visibilidade da China como um ator econômico ao mesmo tempo central e culturalmente pouco compreendido permitiu a associação de práticas de negócio chinesas, como o *guanxi*, à corrupção endêmica do Estado cazaque (Ibid., 2022).

Outras questões-chave para a insatisfação dos setores da sociedade civil cazaque com a presença chinesa no país perpassam a questão de Xinjiang, com casos de detenção de cazaques por autoridades chinesas na fronteira (KULINTSEV et al., 2020); e a questão dos recursos hídricos, especialmente os receios acerca do desvio dos rios Illi e Irtysh pela China, que alimentam o Lago Balkash no Cazaquistão, a segunda maior reserva hídrica da Ásia Central (PIEPER, 2022). Ainda assim, enquanto um Estado autoritário e com poucos mecanismos de *feedback* para a sua população, o governo cazaque falha em controlar as manifestações provocadas pela opacidade e má governança de seus projetos de cooperação com a China (KULINTSEV et al., 2020), ao passo que não consegue dar vazão à discrepância entre o entusiasmo e as promessas feitas a nível oficial, e a falta de oportunidades geradas pelos projetos da BRI no país. Somando isso às percepções sinofóbicas que ainda se mantêm fortes em diversos setores da sociedade, instaura-se um cenário de instabilidade política capaz de limitar a inserção da China no Cazaquistão.

2.2. O caso do Quirguistão

2.2.1. A “Ilha Democrática” da Ásia Central

O Quirguistão é um dos menores e mais pobres países da Ásia Central. Desde a década de 1990, a elite quirguiz alimentou a imagem de um país reformador – a “Ilha Democrática” da Ásia Central (COOLEY, HEATHERSHAW, 2017) –, o que atraiu consideráveis quantidades de auxílio financeiro externo, em sua maioria ocidentais. Em compensação, o Quirguistão amontoou uma grande dívida externa. Nos anos subsequentes, o Quirguistão aproveitou de sua posição geopolítica estratégica para estimular a entrada de capitais externos associados às políticas de segurança das grandes potências com presença na Ásia Central – a Rússia, os EUA e a China (COOLEY, 2012).

A elite dirigente quirguiz, como argumenta Cooley (2012), usou da competição entre as grandes potências pelo acesso ao território do Quirguistão para maximizar os ganhos com auxílios financeiros. Tais fluxos, no entanto, eram feitos de maneira *ad hoc*, diretamente para as mãos dos dirigentes, ao invés de seguir meios institucionais e controlados, tal como os créditos oriundos de instituições financeiras ocidentais. Consequentemente, seguindo regras locais, o auxílio externo constituiu importante recurso a ser disputado entre os membros da elite, o que impediu maiores avanços na consolidação institucional e política do regime político quirguiz.

Não é de gerar surpresa, portanto, que a história política recente do Quirguistão seja uma das mais conturbadas da região. Mudanças de regime ocorreram em 2005 e 2010, a primeira responsável por derrubar o então presidente Askar Akayev e colocar no poder Bakiyev, e a segunda por derrubar Bakiyev. O colapso de 2010 foi excepcionalmente conturbado, sendo seguido de conflitos étnicos no sul do país. Tanto Akayev quanto Bakiyev financiaram sistemas clientelistas e práticas patrimoniais com influxos privados associados a bases militares de potências estrangeiras no Quirguistão (COOLEY, 2012).

Ainda assim, a República Quirguiz constitui o regime centroásiático mais aberto a cooperação internacional e reformas financeiras, possuindo a constituição mais liberal e democrática da região – mesmo que qualquer comparação com as demais repúblicas da Ásia Central não represente o mais exigente dos critérios (COOLEY, HEATHERSHAW; 2017).

2.2.2. A BRI no Quirguistão: benefícios apenas para alguns?

Devido à proximidade geográfica entre os dois, ao desmantelamento da URSS e à falta de capilaridade das demais potências na região, os laços entre o Quirguistão e a China foram

uns dos que mais se fortaleceram nos últimos 20 anos (MOGILEVSKII, 2019). No seio da BRI, a inserção chinesa no Quirguistão divide-se em três áreas: grandes projetos de infraestrutura, demais projetos relacionados ao investimento externo direto chinês, e o desenvolvimento de relações comerciais.

A maioria dos grandes projetos de infraestrutura vem sendo financiada via empréstimos de bancos chineses. US$ 1,13 bilhão dos capitais é destinado a infraestrutura de transporte, e US$ 0,98 bilhão para a modernização e ampliamento da rede de transmissão elétrica (MOGILEVSKII, 2019). Outros projetos incluem a construção de um gasoduto na região sul do país e investimentos na infraestrutura de Bisqueque, capital do Quirguistão. Todos os projetos são conduzidos por empresas chinesas (MOGILEVSKII, 2019).

Os investimentos diretos chineses, por sua vez, estão destinados para explorações geológicas – principalmente as relacionadas com os depósitos de ouro locais –, para a extração e refinamento de petróleo e derivados, e para a indústria da mineração. Somando os capitais investidos pela China na forma de projetos de infraestrutura e investimento externo direto, para o período de 2011-2017, encontra-se um fluxo de US$ 4,1 bilhões, equivalente a 7-8% do PIB anual quirguistanês (MOGILEVSKII, 2019, p. 11-12). Mesmo assim, o impacto sobre a demanda agregada, em sua maioria, se vê invertido na importação de bens e serviços chineses. Já em relação à criação de postos de trabalho, as empresas chinesas presentes no país e responsáveis pela condução dos projetos da BRI empregam um número limitado de locais. Assim, dos 2,4 milhões de quirguiz empregados, menos de 0,5% trabalhavam nos projetos da BRI (Ibid., 2019, p. 12).

A importância da China e da BRI para a economia quirguiz, assim como o ritmo pelo qual a China ascendeu a tal peso econômico, fizeram do país asiático o único credor de grande relevância para o Estado quirguiz, que deve para os bancos chineses (principalmente o *Exim Bank*) uma soma de US$ 1,6 bilhão (WOLTERS, 2018, p. 43). No comércio, a mistura da entrada de importações chinesas com a adesão do Quirguistão a blocos comerciais teve forte impacto sobre o comércio de bazar, outrora o centro do comércio local (Ibid., 2018).

2.2.3. Nacionalismo e conspirações: reações à BRI no Quirguistão

Assim como no caso do Cazaquistão, as reações à BRI diferem nos níveis oficial e sub-oficial. O Quirguistão, no entanto, apresenta algumas peculiaridades, que valem ser ressaltadas. A saber, nos círculos oficiais coadunam com o discurso de oportunidades na cooperação com a China no seio da BRI. Nos demais círculos, no entanto, menções à BRI não são comuns (WOLTERS, 2018). Os projetos encabeçados pela China, principalmente de construção de

rodovias e de gasoduto, demoraram para começar, de maneira que, para o público geral, ainda há dificuldades de associação entre os investimentos chineses e a BRI. Outrossim, há amplo debate acerca do que é percebido por muitos como uma ampla mudança do alinhamento geopolítico do Quirguistão na direção de Pequim (Ibid., 2018).

Dessa forma, os impactos da inserção econômica chinesa sobre a economia quirguiz, seja ela associada à BRI ou não, geram reações e galvanizam opiniões. Alguns grupos de cunho etno-nacionalistas, como o *Kyrk Choro*, enquadram a presença da China por uma ótica securitária, entendendo Pequim como uma ameaça existencial ao Quirguistão. O movimento chegou ao ponto de demandar o banimento de casamentos entre chineses e mulheres quirguizes, por temer que descendentes de tais casamentos venham a se declarar etnicamente quirguiz (KULINTSEV et al, 2020; LELIK, 2015; OWEN, 2017). Não são raros, na história recente do país, episódios em que tais visões extremadas tenham saído do discurso. Em 2016, um ato terrorista ocorreu perto da embaixada chinesa em Bisqueque, a que se seguiram protestos contrários à cooperação econômica com a China (KULINTSEV et al., 2020).

As quatro principais razões que mobilizam atos contra companhias chinesas no Quirguistão são atividades de mineração (de ouro, principalmente), o medo de transferência de terras para as mãos dos chineses, a migração da mão de obra chinesa (ALIYEV, 2019) e a crescente dívida governamental com a China (Ibid., 2020). Este último caso, que representa uma especificidade do caso quirguiz, não apenas provoca descontentamento da sociedade, como estimula conflitos entre a elite local. Os créditos chineses são vistos como combustível para a corrupção governamental no Quirguistão, de forma que diversos altos funcionários quirguizes foram acusados de fraude financeira envolvendo empréstimos da China. Acusações do gênero costumam fazer parte dos conflitos entre grupos rivais da elite quirguiz, o que, no entanto, não reduz o impacto negativo do envolvimento do capital chinês sobre a opinião pública (KULINTSEV et al., 2020).

A sinofobia no Quirguistão, que serve de pano de fundo para as reações contra a inserção chinesa pela BRI, toma a forma de teorias de conspiração que conectam o governo de Pequim a um amplo projeto de enfraquecimento do país centro-asiático, seja pela aquisição de terras, seja pela potencialização da instabilidade política e econômica da região. Como argumenta Catherine Owen (2017), o cenário imagético construído sobre a China na região, desde os tempos dos czares e da Dinastia Qing, passando pelo período pós-cisma sino-soviético, facilita a propagação desse tipo de teoria, à medida que consolida o desconhecimento sobre a cultura chinesa, substituindo-a por estereótipos propositalmente negativos (OWEN, 2017). Independente da veracidade dos fatos, a tendência a se destacar é que, enquanto permanecer

jungida às práticas clientelistas da elite política local e, indiretamente, alimentar a instabilidade política no Quirguistão, a inserção chinesa pela BRI reforça essas ideias conspiratórias e estereotipadas.

2.3. Dinâmicas em comum aos casos cazaque e quirguiz

Dentro do cenário político-econômico das ex-repúblicas soviéticas centro-asiáticas, Cazaquistão e Quirguistão estão em posições muitas vezes opostas. De um lado, o Cazaquistão, o maior país em tamanho territorial e dono da principal economia da região, é governado desde o fim da União Soviética pelo mesmo regime político autoritário, centrado em torno da figura de Nazarbayev e, atualmente, de seu sucessor político, Tokayev. Do outro lado, o Quirguistão representa um dos menores países da Ásia Central, e uma das mais frágeis economias. O país é regido por um regime relativamente liberal, dotado de maior grau de competição política; outrossim, a cena política quirguiz é consideravelmente mais conturbada se comparada à cazaque, com deposições de chefes de Estado e revoltas populares.

O que as duas nações têm em comum é um conjunto de práticas políticas fundadas no patrimonialismo e em relações clientelistas, que Cooley (2012) escolhe chamar de regras locais. Como explorado no primeiro capítulo desta dissertação, essas práticas inserem-se numa rede que envolve tanto atores locais quanto externos, materializando-se dentro de um limbo entre o legal e o ilegal. O resultado se faz presente nas análises – geralmente pessimistas – sobre as capacidades de governança econômica dos países da região.

Jungido a isso, ambos os países são peças importantes dos planos chineses para a região, externalizados através da BRI. Logo, cabe comparar a inserção e reação aos projetos da BRI em cada caso, visando identificar a forma pela qual práticas locais influem na consecução dos objetivos chineses na Ásia Central. Destacam-se, neste ensejo, quatro dinâmicas principais: as reações negativas à BRI não se dão a nível oficial, concentrando-se a movimentos da sociedade civil e a membros da elite opositores do regime vigente; misturam-se, nessas reações, críticas à presença chinesa e ao governo local; a maneira pela qual a China relaciona-se com as elites locais, pouco transparente e estimuladora de práticas clientelistas, cria cenário propício para a propagação de visões sinofóbicas entre a população local, por meio de teorias da conspiração; e, por fim, mesmo no regime mais autoritário (o Cazaquistão), as autoridades demonstram algum grau de sensibilidade às demonstrações públicas de descontentamento.

Em relação à primeira dinâmica, os governos e elites dirigentes de ambos os países reproduzem o discurso de cooperação com a China dentro da BRI. Isso representa mais um

estágio na progressão das relações entre as repúblicas centro-asiáticas e a China. No Quirguistão, a percepção dessa progressão é tão forte que raramente surgem menções à BRI fora dos círculos oficiais, de forma que, tanto veículos de mídia quanto grupos da sociedade civil preferem uma concepção mais ampla da virada para a China (WOLTERS, 2018). Para ambos os países, vale citar, a entrada de investimentos chineses não é vista como indesejável, porém, se comparada a outras fontes de investimentos – como o Ocidente ou a Rússia –, a China é uma das fontes menos desejadas e vistas com maior suspeita por membros da elite econômica e intelectual dos países em questão (JOCHEC, KYZY, 2018).

No tocante às críticas e preocupações veiculadas a respeito da presença econômica chinesa, é recorrente a associação entre a corrupção endêmica aos países da Ásia Central e o papel da China como patrocinadora de práticas patrimoniais. Em muitos casos, há a compreensão de que a China aproveita da má governança e falta de transparência das elites dirigentes para convencê-las a agir contra os interesses da sociedade e em favor das empresas ou autoridades chinesas. Isso se faz presente nos dois tópicos de maior relevo para os receios locais a respeito da China, tanto no Cazaquistão quanto no Quirguistão, que são as questões da migração e da apropriação de terras. O episódio da alteração do Código de Terras cazaque e a consequente reação popular direcionada especificamente contra os chineses são bastante emblemáticos (KULINTSEV et al., 2020).

Em relação à terceira dinâmica, o conjunto imagético compartilhado pelas sociedades do Cazaquistão e do Quirguistão – e das ex-repúblicas soviéticas de maneira geral –, embora sozinho não explique todas as reações à BRI nos casos explorados, encontra habitat propício para proliferação no cenário político-econômico trabalhado. Faltam informações confiáveis e as autoridades públicas não conseguem dar vazão às discrepâncias entre o otimismo imperante na retórica oficial sobre a BRI e os retornos concretos auferidos pela sociedade civil com a iniciativa. Consequentemente, teorias da conspiração e estereótipos antigos de um povo distante e pouco conhecido – que é como os chineses são tratados pela retórica herdada da União Soviética – entram para ocupar as lacunas de conhecimento dos atores. Vale ressaltar, a política chinesa para a província de Xinjiang, cuja etnia Uighur é próxima religiosa e culturalmente dos povos da Ásia Central, para dizer o mínimo, não ajuda a arrefecer os temores de que o plano chinês para a região é um de dominação e submissão.

Por fim, há de se entender como as pressões da sociedade civil influenciam na tomada de decisão dos governos locais. Mesmo que, como já ressaltado, a retórica oficial permaneça eminentemente positiva frente às relações com a China, até mesmo um Estado autoritário como o do Cazaquistão possui episódios de concessão frente às demandas populares. Foi o caso do

movimento de voltar atrás na alteração do Código de Terras (PIEPER, 2022). E algo parecido, embora bem menos eficiente, foi visto na imposição de regras mais restritas para a entrada de migrantes chineses (Ibid., 2022). Em relação ao Quirguistão, a volatilidade política do país e a subida ao poder de líderes com inspirações populistas tornam a permeabilidade dos círculos oficiais a demandas populares uma realidade ainda mais tangível, embora, na cena concreta, a cooperação com a China permaneça forte tanto nas ações quanto nos discursos.

3. Capítulo 3 – A BRI e as relações China-Rússia na Ásia Central

Nos dois primeiros capítulos, buscou-se entender as formas pelas quais a BRI se inseriu na Ásia Central do ponto de vista da economia política, e os impactos da presença chinesa na região. Entretanto, é importante para qualquer análise sobre a questão prestar atenção para a dinâmica e o papel da que, historicamente, foi a principal potência na região: a Rússia. Como previamente ilustrado, a BRI é o mais recente estágio da inserção chinesa na Ásia Central, marcada por uma crescente influência sobre a esfera econômica. Isto se desenvolveu às custas da centralidade russa na economia centro-asiática. Enquanto isso, Pequim e Moscou gozam de uma parceria estratégica, com o alinhamento das posições de Vladimir Putin e Xi Jinping em diversas agendas internacionais.

Este capítulo pretende discutir, portanto, quais as implicações da BRI para as relações China-Rússia na Ásia Central. A perda progressiva de influência na região levará Moscou a competir com a presença chinesa no espaço pós-soviético? Ou o Kremlin cederá na defesa da sua zona de influência em prol da cooperação com o projeto chinês? Como será apresentado adiante, a resposta jaz em nenhum desses dois extremos.

3.1. Onde dragões e ursos brincam: o debate a respeito do condomínio sino-russo na Ásia Central

Muito da discussão sobre o presente e o futuro das relações sino-russas na Ásia Central passa pela ideia de condomínio[6] entre as duas grandes potências. Por isso se pretende argumentar que, à medida que a China penetra a Ásia Central, historicamente parte da zona de influência da Rússia, a emergente competição sino-russa é mantida sob as rédeas da cooperação graças a um arranjo pelo qual a China pode investir em sua presença econômica, enquanto a Rússia mantém sua proeminência em matérias políticas e securitárias. Uma divisão de poderes, um condomínio: tal é o novo *status quo* na Ásia Central, desde o retrocesso da presença norte-americana na região e consolidação da China como principal parceira econômica dos países centro-asiáticos (LUBINA, 2017).

[6] O conceito de condomínio é tradicionalmente usado pelo Direito Internacional para se referir ao arranjo em que duas ou mais entidades soberanas exercem sua soberania sobre determinado território. Entretanto, como aponta Miller (2002), a literatura de resolução de conflitos regionais usa o conceito para se referir a uma decisão em conluio das grandes potências a respeito do estabelecimento da paz em determinada região, imposta em conjunto sobre os atores mais fracos. Outra conceituação, segundo o mesmo autor, é o de uma divisão acordada de certas áreas em esferas de influência das potências regionais. Esta é a definição adotada ao longo da monografia.

O cerne da discussão está na sustentabilidade deste arranjo a médio e longo prazo. Para os autores mais otimistas, os interesses de China e Rússia na região ainda se sobrepõem em considerável medida. Principalmente, desde o fim da Guerra Fria, Moscou e Pequim estão jungidos numa cruzada contra os três males da Ásia Central – extremismo, terrorismo e separatismo. Essa é a lógica que motivou a construção de arranjos institucionais como os Cinco de Shanghai e a Organização de Cooperação de Shanghai (LUBINA, 2017; MAKOCKI, POPESCU, 2016). Da mesma forma, apesar da perda de influência russa na região, ambas as potências reconhecem a importância de conduzir com cuidado seus negócios na Ásia Central, respeitando o espaço uma da outra e minimizando, no discurso oficial, quaisquer rumores de competição (STRONSKI, NG, 2018; PIEPER, 2021).

Em consonância com essa visão, deve-se destacar que China e Rússia possuem uma parceria estratégica progressivamente mais dinâmica (SUTTER, 2016; ROLLAND, 2019), e o consequente isolamento internacional de Moscou após a invasão à Ucrânia de 2022 motivou uma renovada aproximação com Pequim. A dependência econômica que a Rússia tem em relação à China, por sua vez, enfraquece a noção de que o Kremlin inevitavelmente seguirá para o enfrentamento direto contra a China na Ásia Central (STRONSKI, NG, 2018; MAKOCKI, POPESCU, 2016; ROLLAND, 2019).

Para aqueles, entretanto, que defendem que as dinâmicas de competição irão suplantar os arranjos cooperativos, o condomínio sino-russo está fadado a ser desmantelado, e o novo *status quo* será um de disputa entre as potências regionais – uma espécie de Grande Jogo entre Moscou e Pequim pelo domínio na Ásia Central. Os argumentos que sustentam essa perspectiva incluem apontamentos sobre a política externa russa e sobre a permeabilidade da divisão de poderes no condomínio. Embora haja outros argumentos, os acima dispostos representam adequadamente a linha de pensamento adotada pelos céticos do condomínio.

Em primeiro lugar, os defensores do Grande Jogo recordam a importância geopolítica da Ásia Central para a Rússia. Nestes termos, o espaço pós-soviético representaria um tampão protetor do calcanhar de Aquiles da Rússia: seus *oblasts* do leste, de baixa densidade demográfica e extensas fronteiras externas. Outrossim, do ponto de vista econômico, a Ásia Central representa para Moscou uma importante fonte de matérias-primas e mão de obra barata, além de ser parte fundamental para as iniciativas de integração lideradas pela Rússia. Não é de se estranhar, portanto, que desde 2012 os russos declaram a reintegração do espaço pós-soviético centro-asiático como uma de suas maiores prioridades de política externa (LUBINA, 2017).

Ainda mais importante, no entanto, é o peso simbólico que a Ásia Central possui para o Kremlin. Apesar da progressiva perda de influência na região, a presença russa no espaço outrora parte da União Soviética é essencial para o seu prestígio (LUBINA, 2017). Tais fatores ideacionais não podem ser excluídos no entendimento da política externa de Vladimir Putin (2012-). É possível argumentar, inclusive, que no cerne do desafio russo ao *status quo* global está a demanda da Rússia de ainda ser vista e tratada, após as tribulações do pós-Guerra Fria, como uma grande potência (BOLT, 2014). Por essa lógica, reter a hegemonia sobre os países de sua órbita histórica é essencial, o que se aplica sobretudo à Ásia Central, em direto confronto com os interesses chineses na região. As intervenções na Ucrânia (2022-) e na Geórgia (2008), ressalvados seus contextos específicos, reforçam a importância que o Kremlin dá à retenção de sua hegemonia em sua órbita histórica.

Vale ressaltar, a história das relações sino-russas, marcadamente instável e conflituosa ao longo do século XX, cria precedentes favoráveis à competição (SUTTER, 2016), e pode estimular, entre os tomadores de decisão, o enquadramento dos ganhos na Ásia Central pela ótica relativa, ao invés de absoluta. Assim, por uma lógica de soma zero, Moscou pode entender os avanços de Pequim na Ásia Central como uma perda direta para a Rússia, dolorosa sobretudo em termos simbólicos (LUBINA, 2017). Frente ao campo de ideias descrito, não é de se espantar que parte da comunidade acadêmica russa – embora indiscutivelmente minoritária – ainda tome uma abordagem alarmista em relação à ascensão chinesa, vendo Pequim como uma ameaça existencial à Rússia, destinada a invadir e tomar a Sibéria e a Ásia Central (SOLOMENTSEVA, 2014).

Em segundo lugar, argumenta-se que o condomínio sino-russo não é sustentável pois é impossível separar cartesianamente a influência econômica da política. Por conseguinte, ao passo que incrementa sua presença econômica – especialmente pela *Belt and Road* –, a China passa a influenciar nas esferas política e securitária da região, que seriam de proeminência russa. Do lado da segurança, por exemplo, vem sendo questionado se a China teria razão para limitar-se enquanto ator importante na Ásia Central, haja vista que os projetos levados a cabo na BRI necessitam de proteção física, principalmente a infraestrutura crítica para os planos de conectividade da China para a região. A respeito disso, Makochi e Popescu (2016, p. 45) citam a opinião de um especialista em política externa sediado em Pequim, o qual aponta que a China deve garantir a segurança de seus gasodutos na Ásia Central, idealmente ao lado da Rússia, mas

que isso é algo a ser feito, seja diretamente ou por intermédio de companhias militares privadas[7]. Citam os autores, em adição, que a China já se faz presente como ator de segurança na região, auxiliando o Tajiquistão a reforçar sua fronteira com o Afeganistão e vendendo armas para o Turcomenistão e o Cazaquistão, mercados tradicionalmente importadores de armamentos russos (MAKOCKI, POPESCU, 2016).

De fato, compreender a divisão de poderes no condomínio sino-russo de maneira permeável faz sentido. Economia e política não são compartimentos estanques, e é difícil imaginar a China abrindo mão de ativamente garantir a segurança de seus investimentos na Ásia Central, ou de se ausentar por completo da governança de uma região tão sensível geopoliticamente, haja vista sua proximidade com a província chinesa de Xinjiang. O debate sobre os objetivos chineses com a BRI, exposto no primeiro capítulo desta monografia, também é testemunha das dificuldades de separar o econômico do político nos planos chineses para a Ásia Central.

3.2. Implicações da BRI: um novo *status quo* para a região?

Outro argumento, associado à ideia de permeabilidade na divisão das esferas de influência do condomínio, é de que a influência econômica que a China exerce sobre as repúblicas do espaço pós-soviético inevitavelmente, por conta do seu peso, transforma-se em influência política (LUBINA, 2017). Com a BRI e a consolidação da presença chinesa na região, esse argumento ganhou renovada força. Tal ideia, ao contrário do argumento anterior, deve ser vista com maior ceticismo. Não porque a influência econômica chinesa seja incapaz de possuir efeitos sobre a esfera política; isto seria contradizer o que acabou de ser dito. Mas sim porque, frente ao que foi exposto no segundo capítulo do trabalho, essa transferência passa longe de ser um processo automático e sem conflitos. Nesta seção, trabalhar-se-á este ponto com maior escrutínio.

Primeiro, há de se fazer uma importante ressalva: ao contrário do que possa transparecer o capítulo anterior, a BRI não traz implicações apenas negativas para os países do espaço pós-soviético da Ásia Central. Sem acesso ao mar e com economias pouco dinâmicas, os projetos da BRI representam para a região uma excelente oportunidade de fazer parte das cadeias globais de valor em construção nos caminhos que ligam o leste ao oeste do globo. E não somente como

[7] Citação direta do artigo: “If we have pipelines, we will need to provide their security. We better do this with Russia, but we will have to do it with it anyway – either directly, or through private military companies’.” (MAKOCHI, POPESCU, 2016, p. 45).

fornecedores de matérias-primas – tal como eram as relações econômicas nos tempos de monopólio russo sobre a região – mas também como áreas de conectividade (PIEPER, 2022). Mesmo que ainda não sejam vistos incrementos significativos à dinamicidade econômica centro-asiática, é difícil negar que a BRI traz algo novo para uma região enxergada primariamente pelos seus recursos energéticos.

Da mesma forma, a inserção chinesa enquanto um agente financeiro de grande porte, por intermédio dos seus bancos estatais de desenvolvimento, traz à Ásia Central, e aos países em desenvolvimento de maneira geral, uma alternativa de crédito no sistema financeiro internacional. Como argumenta Singh (2020), os empréstimos chineses representam uma rota de escape a países cujas políticas não são bem vistas por instituições credoras ocidentais. De fato, bancos como o AIIB e o *Exim Bank* oferecem crédito sem a mesma rigidez condicional do crédito ocidental, o que dá aos operadores da política econômica dos países em desenvolvimento maior desenvoltura. No caso da Ásia Central, é importante matizar o argumento de Singh com os potenciais prejuízos que tais linhas de crédito podem causar quando associadas a mecanismos de governança econômica pouco transparentes; no entanto, a ideia do autor ainda é válida, de forma que a China vem se consolidando como uma alternativa importante não apenas do ponto de vista econômico, mas também do financeiro.

Da mesma forma, a opinião pública dos países da Ásia Central não é de todo negativa a respeito da China. No Quirguistão, por exemplo, veículos de mídia destinados a leitores de classe média e da elite trazem uma cobertura surpreendentemente positiva em matérias que envolvem a China (OWEN, 2018). Embora isso não apague o fato de que teorias da conspiração e discursos sinofóbicos ganham mais vazão em redes sociais – e principalmente, em línguas locais – do que em canais formais de mídia (Ibid., 2018), os dados levantados vão de encontro aos resultados da pesquisa de opinião realizada por Jochec e Kyzy (2018), segundo os quais, entre as classes mais abastadas, os investimentos chineses são desejáveis, embora, entre as opções dispostas, sejam os menos desejados.

As manifestações de sinofobia na Ásia Central, portanto, são melhor compreendidas num campo de conflitos, entre grupos ganhadores e perdedores com a inserção chinesa pela BRI. Não obstante, em ambos os casos explorados no capítulo dois, os principais grupos que emitiram opiniões contrárias à China eram ou setores da sociedade que tinham a perder economicamente com a entrada de trabalhadores chineses, ou membros da elite opositores do regime em voga. Porém, quais as implicações disso para o *status quo* da região? De que forma as reações locais à BRI interferem nas dinâmicas de cooperação e competição entre a China e a Rússia?

Para responder tais perguntas, há de se levar em conta que as políticas dos países da Ásia Central, e não apenas das potências regionais, importam. Michal Lubina (2017) aponta que as nações do espaço pós-soviético não são atores meramente passivos às ações da China e da Rússia, guardando com afinco sua independência, sendo capazes inclusive de contrabalançar as potências regionais umas contra as outras, na busca de maior autonomia. O Cazaquistão e o Uzbequistão, enquanto os dois países mais estáveis da região, são os que melhor sabem fazer isso. O Turcomenistão, por sua vez, tem uma política externa declaradamente isolacionista. O Tajiquistão e o Quirguistão, enquanto os países mais frágeis da região, são consequentemente os menos capazes de contrabalançar os interesses das potências regionais; ao mesmo tempo, a fragilidade de suas instituições faz deles os mais permeáveis a sentimentos e percepções compartilhados por membros da sociedade civil, os quais podem ser, como visto no caso do Quirguistão, marcadamente sinofóbicos (LUBINA, 2017). Ainda assim, ambos são atores internacionais com capacidade de moldar suas alianças e subverter projetos hegemônicos (OWEN, 2017).

Logo, compreender como a BRI afeta o *status quo* sino-russo para a Ásia Central, e se a ideia de um condomínio é ou não viável a médio e longo prazo, perpassa entender como a BRI interage com a política local. E aqui vemos que, embora crie novas oportunidades econômicas e seja recebida unanimemente com entusiasmo pelos governos da Ásia Central, os efeitos não intencionais de um fluxo de investimentos tão massivo para uma região cuja governança econômica historicamente deixa a desejar dificulta a consolidação da China como uma liderança para além do econômico. Por conseguinte, a hegemonia russa, ao menos nas esferas política, securitária e cultural, tende a se manter. Essa ideia é bem resumida no ditado popular quirguiz que diz: "Quando o chinês de cabelo escuro aparece, o russo de barba ruiva torna-se mais querido por você do que seu próprio pai" (OWEN, 2018, p. 103, tradução minha)[8].

O ditado pode não ser justo, nem ter fundamento real, mas ele em si é fruto de um campo de ideias e percepções segundo o qual, apesar de trazer mais oportunidades econômicas, a China ainda é preterida em relação à Rússia, com a qual os laços históricos, linguísticos e culturais são muito mais profundos (OWEN, 2018; PEYROUSE, 2016). Da mesma forma, os impactos negativos provocados pela BRI sempre acabam associados à China; se não bastasse o estigma histórico dado a ela na percepção local e a geral falta de compreensão a respeito da cultura e realidade chinesas, a presença do vizinho do leste é grande demais para ser ignorada, seja pelas classes dirigentes, seja pela sociedade civil; seja pelos ganhadores, seja pelos perdedores.

[8] Na citação original, lê-se: "When the black-haired Chinese turns up, the ginger-bearded Russian will become dearer than your own father."

Passa-se longe de afirmar que as relações da Ásia Central com a Rússia são incontestavelmente positivas, ou que as nações locais não valorizam sua independência. Entretanto, seguindo uma abordagem construtivista, em que percepções e ideias socialmente compartilhadas têm seu papel na tomada de decisão, a presença chinesa na região ainda é alvo de muitas disputas, à medida que reativa uma série de clivagens sociais no espaço pós-soviético. Como aponta Cooley (2016), é bastante questionável a afirmação de que projetos de desenvolvimento baseados em construção de infraestrutura vão sempre acarretar melhor estabilidade política. O contexto em que os projetos se inserem, principalmente nas esferas da governança e das percepções, possui um peso cuja importância Pequim, se deseja garantir seus objetivos para a região, não pode ignorar.

4. Considerações finais

Por conta de sua magnitude e potencial transformador da ordem econômica global, a *Belt and Road Initiative* tem os pré-requisitos para ser considerada uma das principais questões atuais para a Economia Política Internacional; quiçá a principal. A escolha feita nesta monografia representa apenas um recorte de um cenário amplo e dinâmico. Apoiado no triângulo de relações entre China, Ásia Central e Rússia, este trabalho buscou explorar as formas pelas quais a inserção chinesa pela BRI pode ter implicações que fogem aos objetivos iniciais do governo chinês para a Ásia Central, e as consequências disso para as relações sino-russas na região.

Como exposto no primeiro capítulo, as regras locais (COOLEY, 2012; COOLEY, HEATHERSHAW, 2017) de governança econômica precedem a BRI, e até mesmo a investida chinesa na região do início do século XXI. Elas estão inseridas numa rede de atores internos e externos, formais e informais, e se manifestam através de práticas patrimoniais e clientelistas que conectam os fluxos financeiros à manutenção e financiamento dos regimes políticos locais. Trata-se de um círculo vicioso, no qual, pelas regras locais, investimentos destinados para o desenvolvimento da região são desviados pelas elites para manter justamente os arranjos que perpetuam esse tipo de prática. Por conseguinte, até as mais pensadas iniciativas, como a BRI, estão potencialmente sujeitas à desvirtuação de seus objetivos pela má governança econômica local.

Do outro lado, grupos marginalizados e impedidos de acessar as oportunidades oferecidas pela BRI, principalmente da sociedade civil, tendem a manifestar reações negativas à presença chinesa na região, sendo comuns episódios e discursos sinofóbicos. O segundo capítulo, por meio da comparação entre os casos do Cazaquistão e do Quirguistão, dedicou-se a analisar essas reações, concluindo que estas seguem quatro dinâmicas principais. Primeiro, as reações negativas à BRI não se dão a nível oficial, e sim ao suboficial. Segundo, misturam-se, nessas reações, críticas à presença chinesa e ao governo local. Terceiro, a falta de transparência nos negócios da China com as elites dirigentes cria cenário propício para a propagação de discursos sinofóbicos e teorias da conspiração entre a população local. E, por fim, as autoridades demonstram algum grau de sensibilidade às demonstrações públicas de descontentamento. Tais dinâmicas confirmam a primeira hipótese da pesquisa, de que a associação da China com as elites locais dificulta a consolidação da sua presença regional.

Tomando em conta que os Estados do espaço pós-soviético são atores capazes de subverter projetos hegemônicos e de defender, por meio de suas políticas externas, posições

autônomas no sistema internacional, logo, a economia política da BRI na Ásia Central vai além de sua discussão *per se*, e tem consequências para o debate mais amplo a respeito do condomínio sino-russo na região.

Como apresentado no último capítulo desta monografia, o cerne do debate sobre o condomínio está na sua sustentabilidade a médio e longo prazo. Sumariamente, as opiniões divergem a respeito do que irá se sobrepor: a competição ou a cooperação entre a China e a Rússia na região. Reconhecendo a importância dos argumentos de ambos os lados, em especial daqueles que apontam para a permeabilidade entre as esferas econômica e política no arranjo do condomínio, a posição aqui defendida é que ainda há um déficit no número de pesquisas que abordam a questão pela ótica dos países locais. É neste ponto que a economia política da BRI tem implicações para esse debate. Fazendo um balanço das reações ocasionadas pela BRI dentro e fora da esfera estatal, há motivos para crer que os Estados centro-asiáticos não têm motivos, ao menos ainda, para recorrer à China como a liderança política e securitária regional, no lugar da potência com os quais laços, tanto políticos quanto culturais, são historicamente mais significativos – a Rússia. Assim, confirma-se a segunda hipótese, de que a China ainda não está em posição de desestabilizar o *status quo* da região.

A presença da BRI na Ásia Central tem suas vantagens e pontos positivos. Como foi dito no terceiro capítulo, a China fornece aos países do espaço pós-soviético uma muito bem-vinda alternativa de investimentos, oportunidades econômicas e linhas de crédito que nem as instituições ocidentais, nem a Rússia podiam oferecer. Não há como menosprezar a importância disso para uma região sem acesso ao mar e com economias pouco diversificadas. O problema, portanto, não está na BRI em si, mas na maneira pela qual, até agora, ela tem sido implantada.

O debate a respeito da economia política da BRI oferece uma literatura em expansão, com muitas possibilidades de pesquisa. Sobre este tema, futuros pesquisadores podem encontrar caminhos interessantes na análise do papel chinês na governança econômica em outras regiões em que a BRI se faz presente. O Sudeste Asiático, onde a BRI se viu involucrada em acusações de *debt trap diplomacy* no Sri Lanka (SINGH, 2020), é um recorte geográfico recomendável. Em relação à Ásia Central, temas que podem se mostrar relevantes incluem a securitização da infraestrutura física construída pela China, e o papel exercido por grupos militares privados na região. Mas principalmente, faz-se necessário pesquisas que se dediquem a, por meio de dados confiáveis e renovadas abordagens teóricas, analisar pormenorizadamente o impacto de narrativas e percepções historicamente construídas sobre a China para a BRI e demais iniciativas chinesas na região.

5. Referências bibliográficas

ALIYEV, N. *Protest Against Chinese Migrants in Kyrgyzstan*: Sinophobia or Demands for Social Justice? Central Asia-Caucasus Institute: Silk Road Studies Program, 2019.

BOLT, Paul. Sino-Russian Relations in a Changing World Order. *Strategic Studies Quarterly*, Vol. 8, No. 4, 2014.

CARMINATI, Daniele. *China's Belt and Road Initiative: Debt Trap or Soft Power Catalyst?* E-International Relations, 2019.

CLARKE, Michael. *The Neglected Eurasian Dimension of the 'Indo-Pacific': China, Russia and Central Asia in the Era of BRI.* Security Challenges, vol. 16, no. 3, 2020, pp. 32–38.

COOLEY, Alexander. *Great Games, Local Rules:* The New Great Power Contest in Central Asia. New York: Oxford University Press, 2012.

_____. *The Emerging Political Economy of OBOR*: The Challenges of Promoting Connectivity in Central Asia and Beyond. Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2016.

COOLEY, A.; HEATHERSHAW, John. *Dictators without borders*: power and money in Central Asia. New Haven: Yale University Press, 2017.

DEMYRIOL, Tolga. *Political Economy of Connectivity*: China's Belt and Road Initiative. RAIS Conference Proceedings, 2019.

GARIBOV, Azad. Contemporary Chinese Labor Migration and Its Public Perception in Kazakhstan and Kyrgyzstan. IN: LARUELLE, Marlene (ed.). *China's Belt and Road Initiative and its impact in Central Asia*. Washington, D.C.: The George Washington University, Central Asia Program, 2018.

HERON, Tony. Small and Least-Developed Countries. IN: MAHRENBACH, L.; MODI, R.; SHAW, T.; YI-CHONG, X (orgs). *The Palgrave Handbook of Contemporary International Political Economy*. Londres: Palgrave Macmillan, 2019.

JOCHEC, Marek; KYZY, Jenny Jenish. China's BRI Investments, Risks, and Opportunities in Kazakhstan and Kyrgyzstan. IN: LARUELLE, Marlene (ed.). *China's Belt and Road Initiative and its impact in Central Asia*. Washington, D.C.: The George Washington University, Central Asia Program, 2018.

KITADE, Daisuke. *Central Asia undergoing a remarkable transformation*: Belt and Road Initiative and intra regional cooperation. Mitsui & Co. Global Strategic Studies Institute Monthly Report, 2019.

KULINTSEV, Yuri; MUKAMBAEV, Alibek; RAKHIMOV, Kubatbek; ZUENKO, Ivan. Sinophobia in the Post-Soviet Space: A Reaction to Expansion or A Challenge to Integration?. *Russia in Global Affairs*, vol. 18, n. 3, 2020.

LAIN, Sarah. The Potential and Pitfalls of Connectivity along the Silk Road Economic Belt. IN: LARUELLE, Marlene (ed.). *China's Belt and Road Initiative and its impact in Central Asia*. Washington, D.C.: The George Washington University, Central Asia Program, 2018.

LANDMAN, Todd. *Issues and methods in comparative politics*: an introduction, New York: Routledge, 2008.

LELIK, Anna. Kyrgyzstan: Nationalist Vice Squad Stirs Controversy. *Eurasianet*, 10 fev. 2015. Disponível em < https://t.me/eurasianetnews>.

LUBINA, Michał. "Central Asia: Towards Sino-Russian Condominium." IN: *Russia and China: A Political Marriage of Convenience – Stable and Successful*. Opladen; Berlin; Toronto: Verlag Barbara Budrich, 2017.

MAKOCKI, Michal; POPESCU, Nicu. *China and Russia: an Eastern partnership in the making?* European Union Institute for Security Studies (EUISS), 2016

MILLER, Benjamin. *When opponents cooperate: Great Power conflict and collaboration in World Politics*. University of Michigan Press, 2002.

MOGILEVSKII, Roman. *Kyrgyzstan and the Belt and Road Initiative*. University of Central Asia, Institute of Public Policy and Administration, Working Paper #50, 2019.

NEDOPIL, Christoph. *China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report H1 2022*. Shanghai: The Green Finance & Development Center, 2022.

NELSON, Stephen. Constructivist IPE. IN: VIVARES, Ernesto (org.). *The Routledge Handbook to Global Political Economy.* New York: Routledge, 2020.

OCDE. "China's Belt and Road Initiative in the Global Trade, Investment and Financial Landscape." IN: OCDE, *OECD Business and Finance Outlook 2018.* OECD Publishing: Paris, 2018.

OMC. *World Trade Report 2020*. WTO Publications: Geneva, 2020.

OWEN, Catherine. "The Sleeping Dragon is Gathering Strenth": Causes of Sinophobia in Central Asia. *China Quarterly of International Strategic Studies*, Vol. 3, No. 1, 2017, p.p. 101-119.

_____. Making Friends with Neighbors? Local Perceptions of Russia and China in Kyrgyzstan. *China Quarterly of International Strategic Studies*, Vol. 4, No. 3, 2018, p.p. 457–480.

PIEPER, Moritz. *The Making of Eurasia*: competition and cooperation between China's Belt and Road Initiative and Russia. Londres: I.B.Tauris, 2022.

PEYROUSE, Sébastien. Discussing China: Sinophilia and sinophobia in Central Asia. *Journal of Eurasian Studies* vol. 7, 2016, p.p. 14–23.

PRADHAN, Ramakrushna. China's Rise In Central Asia: the new Silk Road Economic Belt. *World Affairs: The Journal of International Issues*, vol. 21, no. 3, 2017, pp. 50–61. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/48531352. Acesso em 22 Mar. 2021.

ROLLAND, Nadège. A China-Russia Condominium over Central Asia. *Survival*, v. 61, n.1, 2019.

SAALMAN, L. (Ed.). *China—Russia Relations and Regional Dynamics: From Pivots to Peripheral Diplomacy*. Stockholm International Peace Research Institute, 2017. Disponível em < The Belt and Road Initiatives and New Geopolitical Realities from China—Russia Relations and Regional Dynamics: From Pivots to Peripheral Diplomacy on JSTOR >. Acesso em 22 mar. 2021.

SINGH, Ajit. The myth of 'debt-trap diplomacy' and realities of Chinese development finance. *Third World Quarterly*, vol. 42, n. 2, 2020. DOI: 10.1080/01436597.2020.1807318.

SOLOMONTSEVA, Anastasia. The "Rise" of China in the Eyes of Russia: A Source of Threats or New Opportunities? *Connections*, Vol. 14, No. 1, 2014, pp. 3-40

SUTTER, Robert. *Chinese Foreign Relations: Power and Policy since the Cold War*. Nova York, Londres: Rowman & Littlefield, 2016.

STRONSKY, Paul; NG, Nicole. *Cooperation and competition*: Russia and China in Central Asia, the Russian Far East, and the Arctic. Carnegie Endowment for International Peace, 2018.

TANG, L. C.; LOW, M. W. Strategic intent of OBOR: enhancing energy supply resilience. *Journal of Shipping and Trade*, v. 5, n. 3, 2020.

TIAN, Hao. China's Conditional Aid and Its Impact in Central Asia. IN: LARUELLE, Marlene (ed.). *China's Belt and Road Initiative and its impact in Central Asia*. Washington, D.C.: The George Washington University, Central Asia Program, 2018.

TOKTOMUSHEV, Kemel. One Belt, One Road: A New Source of Rent for Ruling Elites in Central Asia?. IN: LARUELLE, Marlene (ed.). *China's Belt and Road Initiative and its impact in Central Asia*. Washington, D.C.: The George Washington University, Central Asia Program, 2018.

UMBACH, Frank. *China's Belt and Road and its energy security dimensions*. S. Rajaratnam School of International Studies, 2019.

UNCTAD. *World Investment Report 2020*. New York: United Nations Publications, 2020.

WALKER, Shaun. Where is Kazakhstan's former longtime leader Nursultan Nazarbayev? *The Guardian*, 16 jan. 2022. Disponível em https://www.theguardian.com/world/2022/jan/16/where-is-kazakhstans-former-longtime-leader-nursultan-nazarbayev. Acesso em 9 set. 2022.

WOLTERS, Alexander. Hegemonic or Multilateral? Chinese Investments and the BRI Initiative in Tajikistan and Kyrgyzstan. IN: LARUELLE, Marlene (ed.). *China's Belt and*

Road Initiative and its impact in Central Asia. Washington, D.C.: The George Washington University, Central Asia Program, 2018.